



Palestra no Painel: Equidade Social e Educação

AS DISSIDÊNCIAS RESPONSÁVEIS E O COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO CRÍTICA NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE SOCIAL

Rosanna Barros – UALG*

Resumo: Este texto sintético sustentou os eixos principais da reflexão desenvolvida na palestra realizada dia 26 de maio de 2021 e, na essência, será melhor entendido enquanto partilha atual de indagações intrínsecas aos resultados da nossa atividade continuada de investigação científica na área das políticas educacionais, e que aqui se alinham numa lógica de manifesto acerca da urgência de reequacionar, através da educação, a escolha coletiva de valores para o sentido a dar ao rumo da humanidade e do planeta neste novo milénio.

Palavras-chave: Educação crítica. Nova ordem neoliberal e cibernética. Equidade social e justiça socioecológica. Política, práxis e combate.

Introdução

Notas sobre regulação, emancipação, equidade(s) e dignidade

Do património de conhecimentos construído no âmbito da Teoria Política, sabemos que, independentemente de a regulação social poder apresentar algumas cristalizações em certos contextos históricos, ela é “matricialmente uma teoria da mudança social” (AZEVEDO, 2009, p. 13). Este facto implica que a regulação real, advém sempre de equilíbrios instáveis que resultam do confronto dos vários tipos de poder social, o que coloca em evidência a importância de saber ler o mundo em concomitância a saber ler a palavra (FREIRE e MACEDO, 1994), isto na medida em que a emancipação social, condição da equidade social, obtém-se pela capacidade de participação crítica e de criação de compromissos sociais entre os diversos atores de uma formação social. Logo, como sublinha Baptista, “eleger a educação como uma das prioridades de intervenção social significa a sua inserção num quadro amplo de discussão pública onde ela surge, obrigatoriamente, combinada com uma economia, uma história, uma cultura, uma geografia – uma política” (BAPTISTA, 2008, p. 148).

Neste sentido, e assumindo um entendimento em que o educador é um político e “a educação é um dos caminhos para se compreender como o poder se dá na sociedade” (MARQUES e EVANGELISTA, 2010) emerge, então, a questão da importância de o educador crítico saber aprofundar a autorreflexividade de maneira a exercer a sua intervenção de modo lúcido (não

*Doutorada em Educação e Membro da Direção do Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária, CEAD da Universidade do Algarve. <https://cead.ualg.pt/site/> .



alienado) e, portanto, conscientizado (BARROS, 2012a; 2016; 2017) mas, também, de modo democrático e corajoso que lhe permita posicionar-se e promover um combate, pelo protesto, ativismo e resistência organizados, à pobreza e à exclusão social e educacional, bem como acionar, de modo translocal, as bases coletivas de uma nova utopística (WALLERSTEIN, 2004) edificada sobre pilares éticos que priorizem a dignidade (e equidade) de todas as formas de vida existentes no nosso planeta partilhado.

Notas sobre produção, consumo, capitalismo e ética

Na relação dialética entre velhos e novos modos de produção global de riqueza e pobreza, e a prática da educação crítica, sustentamos que é incontornável, como enfatizou repetidas vezes Paulo Freire na sua obra *pedagogia da consciência*, que o educador não reacionário tenha a preocupação em refletir, criticamente, sobre a sua prática, desenvolvendo um modo de ‘estar sendo’ que se considera ser a chave para que o educador ganhe consciência do poderoso sentido político do seu papel interventor, na multiescala da sua ação profissional e cidadã. Como ele afirmou “não sendo neutra, a prática educativa, a formação humana, implica opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra, a favor de algum sonho e contra outro, a favor de alguém e contra alguém” (FREIRE, 1997, p. 39).

Ora, para aprofundar uma efetiva promoção da equidade social e justiça socioecológica há que interiorizar, na praxis, as implicações da politicidade da educação que, no pensamento freiriano, assume os contornos de uma ética democrática e radical, fortemente necessária para quem deseje posicionar-se, como propõe Caride Gómez, “a favor de um novo vínculo pedagógico e social” (CARIDE GÓMEZ, 2011, p. 11), visando a busca de sociedades democráticas mais consolidadas e capazes de não abrir mão de uma “convivência plural e tolerante, que seja livre, justa, equitativa e pacífica” (id., *ibid.*). Trata-se, no nosso entender, de priorizar a ação de refletir, nos contextos socioeducativos, em torno da complexidade da atual matriz de regulação, elaboração de políticas públicas e governação global. O facto é que esta matriz, no século XXI, ocorre em contextos de globalização económica de cariz conservador (BARROS, 2014), nos quais a nova direita assumiu autocraticamente, desde o último quartel do século anterior, o modelar dos contornos ideológicos da construção presente do futuro. A aposta estratégica, após as crises do petróleo, recaiu numa reconversão das lógicas de produção e consumo assente na inovação tecnológica que radicalizou, numa abrangência sem precedentes, a já problemática forma hegemónica adotada na modernidade pelos seres humanos para se organizarem em sociedade, nos termos de uma distopia capitalista que se caracterizou pela exploração desmesurada dos recursos (humanos e naturais) deste planeta (KEYNES, 1939; HAYEK, 2011).

Notas sobre a decisão educacional poderosa

Parece-nos já claro, que a nova ordem educacional emergente resulta, pois, de um consenso cosmopolita sobre uma nova ordem neoliberal e cibernética, com implicações nas políticas e gestão da educação, que evidencia uma profunda transição paradigmática, epistemológica e societal, associada à Quarta Revolução Industrial que vivemos atualmente e se traduz num aglomerado de desenvolvimentos e aplicações tecnológicas recentes, tais como: a análise de evidências com recurso a Big Data, a Computação na nuvem, a internet das Coisas (IoT), a Internet dos Serviços (IoS), a Inteligência Artificial (IA), os Sistemas Ciber-Físicos, a Biotecnologia, a Neurotecnologia, a criação de objetos 3D por Manufatura aditiva, entre outros. Como é que esta transição societal está a impactar as características de sectores educacionais como o campo da pedagogia-educação social (BARROS e CHOTI, 2014) e o campo da educação e formação de jovens e adultos (BARROS, 2013; BARROS, LIMA e AZEVEDO, 2020), é atualmente um debate, nacional e internacional, em curso que necessita de investigação científico-educacional continuada e crítica.

Porém, o impacto nas lógicas de governação educacional pelo paradigma hegemónico da aprendizagem ao longo da vida vem-se revelando cada vez mais consubstanciado, segundo uma linha ideológica de que resulta, desde a viragem do milénio, um estreitamento radical dos pressupostos humanistas que desenhavam as políticas educacionais como um direito social, para ser democraticamente negociado com representantes de atores educacionais, nos fora nacionais dos Estados-Providência que vigoraram anteriormente na modernidade ocidental (BARROS, 2012b). Com efeito, o que hoje se verifica, como corolário da governação global em educação é um distanciamento dessa matriz e a corporização generalizada de um estilo elitista de gestão pública, assente no poder de decisão de uma sobreclasse digitalmente competente. Se o facto desta lógica operar segundo uma velocidade vertiginosa não fosse já por si preocupante, bastaria pensar que o leme deste barco tecnologicamente avançado da aprendizagem ao longo da vida está, quase em absoluto, nas mãos de empreendedores audazes em navegar numa economia financeirizada. Constata-se, assim, que no universo dos recursos humanos que animam esta paisagem, abundam tecnocratas eficazes e eficientes a desenvolver atividades de governação com recurso a coordenação aberta ou redes, bem como analistas especializados capazes de retirar o maior partido tanto dos grandes projetos estatísticos internacionais (como os periodicamente promovidos pela OCDE e o BM) como dos grandes volumes de dados.

A decisão educacional poderosa está hoje centrada em atores que são protagonistas de vanguarda na tecnologia de armazenamento e processamento dos dados e que atuam em empresas multinacionais que trabalham com Big Data, onde está ancorado o monopólio do

desenvolvimento destes sistemas (e dos gigantescos lucros que geram), e de que são exemplos: a Google, a Yahoo, a Facebook, a Microsoft, a Intel, a Apple, a Cloudera, a Oracle, a IBM, entre outras. São estes os especialistas que integram hoje as elites da ‘sociedade do conhecimento’ que se movimentam em plataformas intergovernamentais, a nível supranacional, com base na adesão a um novo paradigma de política baseada em números e algoritmos, no fundo, uma política para as estatísticas, as métricas e os benchmarking (BARROS, 2020). Ou seja, atualmente, não são as ciências sociais e da educação que sustentam os alicerces principais da governação educacional, mas sim a estatística e a nova ciência dos dados, que se aliam para fundamentar a tomada de decisão com objetivos estratégicos a nível global.

Face a este cenário afigura-se-nos necessário, desde um prisma socioeducacional crítico, procurar pensar mais disruptivamente acerca da naturalização das tecnologias de informação e comunicação em todas as esferas das nossas vidas quotidianas, e dos pressupostos de uma aprendizagem ao longo da vida adepta das vantagens do universo digital para aumentar a participação e a cidadania. Ou seja, a não sermos capazes de desacelerar e contrariar o atual primado da techne sobre a civitas, viveremos coletivamente numa apologia, senão cega pelo menos míope, que não distingue entre os vários tipos de participação e de cidadania, ou pior do que isso, que subjuga todas as possibilidades a um determinado tipo funcional de participação e de cidadania como garantia da coesão e paz social, não obstante a atual agudização das desigualdades e injustiças sociais a nível global, como a vivência da mais recente pandemia do covid-19 visibilizou.

Notas finais – desafios em aberto

Ora, é precisamente o desafio de saber ler as emergentes problemáticas da velha questão social de um modo que as inscrevam num quadro geopolítico em que se interrelaciona o local, o nacional e o supranacional numa teia complexa cujos fios estão hoje entrelaçados segundo os encantos de ‘repertórios espetaculares’ desse não-lugar-atemporal que é o espaço cibernético, o que representa, a nosso ver, a chave para suscitar o aumento do poder coletivo que uma educação crítica procura alcançar (APPLE, 2001). Um poder coletivo que nos termos de Almeida, significa “que a comunidade transformou algo no seu tecido social, que as relações sociais entre os seus membros mudaram, que as suas ações são capazes de abarcar e melhorar cada vez mais dimensões da vida social na sua totalidade (...) para atingir objetivos a longo prazo de mudança social” (ALMEIDA, 2009, p. 133). Assim sendo, argumentamos que para consolidar a prática da educação crítica hodierna no combate à pobreza, exclusão e devastação ecológica, torna-se então imprescindível ao educador ter também, a par de uma matriz interdisciplinar de conhecimentos, um domínio crítico acerca da análise sociológica das



políticas públicas, da governação global e do papel do Estado e do Mercado na era do controle social de massas pela inteligência artificial.

Este aspeto do exercício da autorreflexão crítica sobre o potencial político da prática da intervenção conscientizada e conscientizadora do educador tem relevância, sobretudo, no contexto atual em que o Estado está a transferir responsabilidades, mas não poder, para novos atores sociais, desestruturando, ao mesmo tempo, os fora de discussão democrática acerca da condução do político, e induzindo, através de um processo afeto à ideia da nova administração pública, novas representações em torno da noção de bem-estar-social e da regulação do bem-público como aliás, a este respeito, nota também Laborinho Lúcio (2013, p. 231):

Os tempos deixaram de ser os da política. Muito do poder transitou para o campo da economia, da finança e dos mercados, que se impõem à escala global. A tradicional dimensão axiológica típica dos modelos políticos de organização social e, mais concretamente, das democracias ocidentais, cedeu o passo às regras próprias da competição e da competitividade.

É, pois, contrapondo com ousadia à ordem tecnocrática, e de crescente controlo cibernético de todas as esferas da vida social, uma cidadania verdadeiramente ativa e poderosa (cuja autonomia crítica se poderia consolidar através da adesão a dissidências responsáveis face aos modelos de organização social mainstream) que se poderá aspirar a refundar, pela educação crítica, a própria educação enquanto um item político, para conquistar e manter através da sua praxis uma outra compreensão do papel do sujeito-cidadão em democracia, mais participante e interferente na escolha de valores para o sentido a dar ao rumo da humanidade e do planeta, isto porque, nunca é demais sublinhar, que a igualdade em dignidade e direito dos seres vivos (incluindo os humanos) não é um dado mas um constructo que requer, para além de uma contínua vigilância crítica, o acesso a um espaço público comum, que só o direito de pertencer a uma comunidade política pode garantir.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/05739/2020.

Referências

ALMEIDA, A. F. *Desarrollo comunitario y educación*. Xàtiva: Diálogos, 2009.

APPLE, M. *Educação e poder*. Porto: Porto Editora, 2001.

AZEVEDO, J. A Educação de Todos e ao Longo de Toda a Vida e a Regulação Sociocomunitária da Educação, *Cadernos de Pedagogia Social*, 3, p. 9-34, 2009.



BAPTISTA, I. *Pedagogia Social: uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de ação*, *Cadernos de Pedagogia Social*, 2, 7-30, 2008.

BARROS, R. & CHOTI, D. (Org.). *Abrindo caminhos para uma educação transformadora - ensaios em educação social, filosofia aplicada e novas tecnologias*. Lisboa: Chiado Editora, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/14094>. Acesso: 20 Jan.2021.

BARROS, R. *As políticas educativas para o sector da educação de adultos em Portugal: As Novas Instituições e Processos Educativos Emergentes entre 1996-2006*. Lisboa: Chiado Editora, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/14091>. Acesso: 20 Jan.2021.

BARROS, R. Desafios Epistemológicos e Metodologia de Intervenção da Pedagogia-Educação Social – Reflexões numa zona de fronteira, *Revista Saber & Educar*, Número Temático: Desafios contemporâneos da Educação Social na América Latina e na Europa: diálogos entre prática e teoria, 22, 44-53, 2017. Disponível em: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/252>; Acesso: 20 Jan.2021.

BARROS, R. Educar para a emancipação social – notas sobre o conservadorismo e a praxis conscientizadora. In Maria João de Carvalho; Armando Loureiro; Carlos Alberto Ferreira (Orgs) *Atas do XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação - As Ciências da Educação: Espaços de investigação, reflexão e ação interdisciplinar*. Vila Real: UTAD-Universidade de Trás-os-Montes e Douro, 2014, p. 2805-2822. Disponível em: <http://www.spce.org.pt/assets/files/Actas%20do%20XII%20Congresso%20SPCE%20-%20Vila%20Real%202014.pdf>. Acesso: 20 Jan.2021.

BARROS, R. From Lifelong Education to Lifelong Learning: Discussion of some effects of today's neoliberal policies. *RELA - European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, Vol. 3, No.2, p. 119-134, 2012b. Disponível em: <http://www.rela.ep.liu.se/article.asp?DOI=10.3384/rela.2000-7426.rela0071>. Acesso: 20 Jan.2021.

BARROS, R. Refletir com (im)pertinência intervir com ousadia: por uma educação transformadora. In Noêmia de Carvalho Garrido, Odair Marques da Silva, Paulo Gomes Lima, e Francisco Evangelista (Eds.). *A educação de jovens e adultos para além dos muros da escola: perspectiva da educação social* (p. 253-276). Brasil: Editora Expressão & Arte, 2016.

BARROS, R. *Subsídios breves para o debate de princípios e valores na formação política do(a) educador(a) social*. Lisboa: Chiado Editora, 2012a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/14098>. Acesso: 20 Jan.2021.

BARROS, R. The Role of Transnational Bodies in Lifelong Learning and the Politics of Measurement - The promise and pitfalls of outcomes-based assessment into Recognition of Prior Learning System in Portugal. In Fergal Finnegan, & Bernie Grummell (Eds), *Power and possibility: adult education in a diverse and complex world* (pp. 53-63). Leiden/Boston: Brill-Sense Publishers, 2020. Disponível em: <https://brill.com/view/title/56049>. Acesso: 20 Jan.2021.

BARROS, R.; LIMA, P. G. & AZEVEDO, M. (Org.). *Rumos da educação e formação de jovens e adultos em Portugal e no Brasil - um balanço comparado de políticas e práticas*. Natal: Editoria IFRN-Brasil, 2020. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1835>. Acesso: 20 Jan.2021.

CARIDE GÓMEZ, J. A. Los derechos humanos en las políticas educativas. In José António Caride Gómez (Coord.). *Los derechos humanos en la educación y la cultura – del discurso a las prácticas educativas*. Argentina: HomoSapiens Ediciones, 2009, p. 27-72.



FREIRE, P. & MACEDO, D. *Alfabetização – leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. *Política e educação*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

HAYEK, F. *Desemprego e política monetária*. Brasil: Instituto Ludwig von Mises, 2011.

KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Brasil: Editora Saraiva (Edição Digital), 1ª Edição 1939.

LABORINHO LÚCIO, A. Desenvolvimento, educação e direitos humanos. *Revista Portuguesa de Educação*, 2013, 26(2), p. 225-243, 2013.

MARQUES, C. D. & EVANGELISTA, F. Pedagogia Social: fundamentos filosóficos, pedagógicos e políticos para a prática do educador social libertador. In Noêmia C. Garrido, Odair M. Silva, Izalto J. C. Matos e Gabriel L. Santiago (Orgs.). *Desafios e perspectivas da educação social – um mosaico em construção*. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2010, p. 5-6.

WALLERSTEIN, I. *Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um*. Brasil: Editora Vozes, 2004.

Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.

2022

III COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ONLINE

Planejamento educacional em debate: políticas públicas e desafios



24 a 27 de maio de 2022

Presenças confirmadas:

- Profa. Dra. Euzângela Alves da Silva Scaff - UFRR
- Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD;
- Profa. Dra. Selma de Carvalho Fonseca - UNASP
- Palestrantes internacionais a confirmar



MINHA AGENDA:

2022 VOU PARTICIPAR DOS COLÓQUIOS UFSCAR SOROCABA ONLINE

Informações: geplageufscar@gmail.com

Comissão Organizadora III Colóquios

<https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao>